

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: CVM absolve Graça Foster e Sergio Gabrielli.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras aprova abertura de capital da BR Distribuidora.....	5
Título: CVM absolve ex-presidentes da Petrobras em caso sobre capitalização	6
VEÍCULO: O Estado de S.Paulo.....	8
Título: Intensifica-se a política de preço livre de derivados.....	8
Título: Petrobrás aprova IPO da BR Distribuidora.....	9
Título: CVM libera Petrobrás de reapresentar balanços.....	10
Título: Queiroz Galvão vende fatia em área do pré-sal por US\$ 379 milhões	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Gasolina baixa a R\$ 3,04	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: União busca sócio privado para retomar Angra 3	14
Título: Privatização de usinas da Eletrobrás deverá ser feita de forma escalonada.....	16
Título: Mercado critica repasse de recursos ao Tesouro	18
Título: Maia e ACM Neto trabalham para aumentar bancada do DEM na Câmara	19
Título: Bolívia deixa disciplina fiscal e o déficit público dispara.....	21
Título: Eletricidade já lidera investimento em energia	23
Título: Reforma repara erros do setor elétrico e deve elevar tarifas	24
Título: Petrobras quer discutir novas operações de crédito com BNDES	26
Título: Queiroz Galvão vende.....	28
Título: Ex-presidentes da Petrobras são absolvidos na CVM	29
Título: Estatal ainda mantém 20 fornecedores bloqueados	30
Título: Risco hidrológico já trava R\$ 2 bi no mercado à vista	31
Título: Ativos da massa falida da Laginha começarão a ser leiloados	33
Título: IPO da BR Distribuidora.....	34

Título: Novas debêntures	34
--------------------------------	----

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: CVM absolve Graça Foster e Sergio Gabrielli**

Processo envolvendo ex-presidentes da Petrobras apurava supostas irregularidades na megacapitalização da estatal.

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu ontem, por unanimidade, a Petrobras e seus ex-presidentes Maria das Graças Foster e José Sergio Gabrielli em processo que apurava supostas irregularidades na megacapitalização da Petrobras, em 2010, maior operação do tipo já realizada no mundo e que captou R\$ 120 bilhões junto a investidores. Também foram absolvidos o ex-diretor de relações com investidores da petrolífera, Almir Barbassa, o banco Bradesco BBI (responsável por formatar a oferta de papéis) e seu executivo Bruno Boetger.

O processo analisava a prestação de informações pela Petrobras sobre a possibilidade de obter direito de voto com ações preferenciais, as PN. Preferida pelos investidores pessoas físicas, esse papel não tem poder de voto, mas tem preferência no recebimento de dividendos. No prospecto da megacapitalização, porém, a Petrobras observou que os acionistas preferenciais “não têm direito de voto nas deliberações das nossas assembleias gerais de acionistas, exceto em circunstâncias especiais, incluindo na eventualidade de deixarmos de pagar a esses acionistas o dividendo mínimo prioritário a que fazem jus, de acordo com o nosso estatuto social, por três exercícios consecutivos”.

DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Mas quando a companhia registrou prejuízo de R\$ 21,7 bilhões em 2014 e propôs que não fossem pagos dividendos, alguns investidores pleitearam o direito de voto com a alegação de que o não pagamento dos dividendos mínimos conferiria a eles esse direito de forma imediata. Questionada pela CVM naquela ocasião, a Petrobras sustentou um entendimento diferente daquilo que estava no prospecto da megacapitalização, quase cinco anos antes. Segundo a nova gestão da companhia, as ações preferenciais nunca poderiam ter direito a voto porque a Lei do Petróleo dizia isso expressamente. Mas a área técnica da CVM observou à época que, nos Formulários de Referência divulgados entre 2010 e 2015, “não foi veiculada a informação de que as ações preferenciais emitidas pela Petrobras jamais viriam a adquirir direito de voto”. De acordo com a acusação, “haveria duas graves falhas nas informações veiculadas pelo prospecto e parcialmente reproduzidas em versões anteriores do Formulário de Referência divulgadas pela Companhia”.

Elas seriam “a menção à aquisição a direito de voto pelas ações preferenciais depois de três exercícios consecutivos quando, na verdade, o estatuto é silente a esse respeito” e “a omissão quanto aos potenciais efeitos da Lei do Petróleo em relação ao direito de voto das ações preferenciais de emissão da Petrobras”. Logo, sustentou a acusação, a informação diferente no prospecto “é evidência da negligência na sua elaboração, sendo essa regra aplicável a muitas sociedades anônimas, que preveem tal prazo (de três anos) em seus estatutos, mas não à companhia”. Os acusados chegaram a propor um termo de compromisso para extinguir o caso, mas ele foi negado pela CVM. Caso tivessem sido condenados, seriam considerados responsáveis por publicar informação incorreta e induzir investidores a erro.

DEFESA: CASO DEVIDA PRESCREVER

Ontem, a defesa da Petrobras argumentou que o caso deveria estar prescrito, uma vez que a estatal só foi intimada para oferecer sua defesa em janeiro de 2016, enquanto o prospecto é de 2010 — mais que os cinco anos previstos pela lei para que a irregularidade não prescreva. Segundo a advogada da companhia, Maria Isabel do Prado Bocater, o entendimento consolidado da CVM era de não responsabilizar pessoas jurídicas, sobretudo em casos de informação, porque isso prejudica os acionistas. A defesa da estatal e dos seus ex-administradores argumentou também que a questão do poder de voto não era relevante, uma vez que a Petrobras sempre obteve lucro até a megacapitalização e, portanto, distribuiu dividendos até aquela data. Além disso, ponderaram que os investidores que adquiriam os papéis preferenciais não tinham a expectativa de obter poder de voto.

— Jamais os acionistas preferenciais compraram ações da Petrobras se interessando por eventual poder de voto. O que a eles interessava era o que vinha acontecendo, que era o recebimento regular de dividendos — disse a advogada da Petrobras. Embora tenha discordado do argumento de que as acusações deveriam estar prescritas, o relator do processo, diretor Pablo Renteria, entendeu que o posicionamento da companhia e a prestação de informação na megacapitalização foram razoáveis e respeitaram as práticas de mercado. — Não me parece possível afirmar que a informação contida no prospecto era inverídica ou falsa. Era, no mínimo, razoável. A companhia seguiu a prática de mercado, contratou escritórios para obter legal opinion. Tal providência reforça a diligência da companhia e do seu então diretor de Relações com Investidores — observou Renteria.

— Não é possível afirmar que o formulário de referência tivesse informação falsa, inexata ou incompleta. Não me parece correto nem justo considerar que os diretores tenham faltado com a devida diligência na elaboração dessa informação, apenas porque a administração, em momento posterior, quando já

tinham se desligado dela, decidiu adotar entendimento diverso. No caso do Bradesco BBI, Renteria destacou que o banco contratou escritórios especializados para avaliar a operação de 2010, o que configuraria uma boa prática. Os outros dois membros do colegiado nesta sessão, o presidente da CVM, Leonardo Pereira, e o diretor Henrique Machado, acompanharam o voto do relator pela absolvição dos acusados. Único acusado presente ao julgamento, Almir Barbassa, ex-diretor de Relações com Investidores e da área financeira da estatal, defendeu sua gestão:

— O que a área financeira da Petrobras fez, na minha gestão, foi um bom trabalho. Não temos nada de errado, apesar de tudo o que aconteceu na Petrobras. Esperava (a absolvição) porque tínhamos bons fundamentos, como foi ressaltado aqui. Foi um trabalho consistente com o que se fazia na Petrobras. Em nota, a estatal diz que a decisão da CVM reitera que a empresa agiu corretamente.

ESTATAL DECIDE ABRIR CAPITAL

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem a abertura de capital da BR Distribuidora. A operação será feita por meio de uma oferta pública secundária de ações, e a empresa deve ser listada no Novo Mercado. A Petrobras chegou a buscar um sócio estratégico para a companhia, mas acabou optando pelo lançamento de ações em Bolsa. A estatal pretende levantar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018 com a venda de ativos. (Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras aprova abertura de capital da BR Distribuidora

O conselho de administração da Petrobras aprovou nesta terça (11) a abertura de capital da BR Distribuidora, sua maior subsidiária. O processo faz parte do plano de desinvestimentos da estatal, com o qual a empresa pretende levantar US\$ 21 bilhões até 2018.

Segundo a Petrobras, o objetivo é promover uma oferta de ações em um modelo que permita à subsidiária aderir ao Novo Mercado da bolsa de São Paulo (B3), que valoriza práticas de governança corporativa.

Nesse mercado, por exemplo, as companhias só podem ter uma classe de ações, todas com direito a voto, devem ter um mínimo de 20% de conselheiros independentes e manter pelo menos 25% das ações em circulação no mercado.

A ideia de abertura de capital da BR começou a ganhar força na estatal este ano, a partir da melhora nas condições do mercado acionário brasileiro. Em 2016, ela havia sido descartada, dando lugar a uma proposta de venda do controle da empresa para um parceiro estratégico.

Agora, a empresa avalia que pode levantar mais recursos oferecendo ações no mercado. A Petrobras não esclareceu, porém, qual a fatia que pretende destinar a outros investidores.

Em nota, disse apenas que "todos os atos necessários para a realização da oferta estarão sujeitos à aprovação dos órgãos internos da Petrobras e da BR, bem como à aprovação dos respectivos entes reguladores".

A BR já teve ações negociadas em bolsa, mas o capital da companhia foi fechado no início dos anos 2000, como parte de uma estratégia para concentrar as negociações de ações na holding.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: CVM absolve ex-presidentes da Petrobras em caso sobre capitalização

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) absolveu a Petrobras, seus ex-presidentes da Petrobras José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Silva Foster e o Bradesco BBI de acusação sobre falhas na capitalização da estatal, que levantou R\$ 120 bilhões em 2010.

O processo investigava suposta indução do investidor ao erro, ao não deixar claro que os compradores de ações preferenciais não teriam direito a obter poder de voto em caso de não pagamento de dividendos por três anos consecutivos, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas.

A absolvição se deu por unanimidade. O relator do processo, diretor Pablo Rentería, entendeu que não houve negligência dos acusados e foi acompanhado pelo colega Henrique Machado e pelo presidente da autarquia, Leonardo Pereira.

Além de Gabrielli e Foster, eram réus o ex-diretor financeiro da Petrobras Almir Barbassa, e o diretor do Bradesco Bruno Boetger.

"O que a área financeira da Petrobras fez durante a minha gestão foi um bom trabalho. Não temos nada errado, apesar do que aconteceu na Petrobras", declarou Barbassa, antes de deixar a CVM.

O processo sobre a capitalização foi aberto em 2015 após questionamentos de minoritários em assembleia de acionistas que avaliou o prejuízo de R\$ 21,587 bilhões em 2014, provocado por baixas contábeis no valor projetos investigados pela Operação Lava Jato.

No encontro, a Petrobras afirmou que não daria direito de voto caso o prejuízo se repetisse pelos dois anos seguintes —o que, de fato, aconteceu.

A empresa alega que a Lei do Petróleo, de 1997, determina que os preferencialistas nunca terão esse direito, e que o assunto era irrelevante para a tomada de decisão pelo investimento diante das possibilidades de lucro na época.

A acusação argumentava, porém, que o prospecto da capitalização, lançado em 2010, deixa margem de dúvidas neste caso.

O texto diz que as ações preferenciais "não têm direito de voto nas deliberações das nossas assembleias gerais de acionistas, exceto em circunstâncias especiais, incluindo na eventualidade de deixarmos de pagar a esses acionistas o dividendo mínimo prioritário a que fazem jus, de acordo com nosso estatuto social, por três exercícios consecutivos".

A área técnica da CVM concordou com a acusação de que houve falhas na divulgação de informações.

Em seu voto, porém, Rentería entendeu que a interpretação da Petrobras era correta e que, portanto, os acusados não poderiam ser penalizados.

Além disso, afirmou que o excesso de informações no prospecto poderia "ser nocivo ao investidor, uma vez que embaralha a sua capacidade para compreender a oferta pública".

Disse ainda que o fato de a Petrobras ter contratado escritórios de advocacia para rever o prospecto na época da capitalização mostra "diligência" da empresa em relação às informações prestadas.

ENTENDA O CASO

Desenvolvida com o objetivo de garantir recursos para investimentos na produção de petróleo no pré-sal, a capitalização da Petrobras foi comemorada pelo governo como a maior oferta de ações da história, movimentando US\$ 70 bilhões, em valores da época.

Até então, a maior operação do tipo havia sido feita pelo banco chinês ICBC, em 2006, com a captação de US\$ 21,6 bilhões.

O processo da Petrobras envolveu a atração de novos investidores para a estatal e a transferência, pelo governo federal, de cinco bilhões de barris de petróleo do pré-sal em troca de ações, em um processo que foi batizado de cessão onerosa.

A Petrobras pagou, em ações, o equivalente a US\$ 8,51 por cada barril, valor que hoje está sendo renegociado com o governo, diante da queda das cotações no mercado internacional.

Com isso, a União recebeu US\$ 42,5 bilhões em ações e, juntando as fatias do BNDES e do Fundo Soberano, elevou sua participação na empresa de 39% para 48%.

Ao final do processo, a Petrobras chegou a um valor de mercado de US\$ 220 bilhões, o quarto maior entre as empresas globais à época, atrás apenas de Exxon, PetroChina e Apple.

Como resultado, a estatal diluiu seu elevado endividamento, que era de US\$ 52,3 bilhões ao fim do primeiro semestre de 2010, e abriu novamente a janela para captar recursos no mercado financeiro.

Naquele ano, seu plano de negócios previa investimentos de US\$ 224 bilhões para atingir a marca de 2,98 milhões de barris de petróleo produzidos no Brasil em 2014, com forte participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços.

Nos anos seguintes, porém, as metas foram se mostrando irreais: a companhia fechou 2014 com uma produção de 2,15 milhões de barris por dia no Brasil e com a dívida líquida de US\$ 106,2 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Intensifica-se a política de preço livre de derivados

A Petrobrás intensificou, no fim de junho, a política de preços livres de derivados de petróleo que já vinha praticando desde o ano passado. Ampliaram-se, em resumo, os graus de liberdade de fixação de preços. A estatal já dispunha dessa liberdade, com a diferença de que a partir de agora as revisões poderão ser diárias, para cima ou para baixo, até o limite de 7%, quando a diretoria da estatal terá de ser ouvida previamente. Em poucos dias dez revisões foram feitas nos preços do diesel e da gasolina, que representam dois terços das vendas internas.

A livre fixação dos preços parece óbvia, mas não foi entendida assim na história da Petrobrás.

A rigor, a substituição da política de preços regulados pela política de preços de mercado contrasta com o que ocorreu em mais de meio século de vida da empresa, constituída nos anos 50 no governo do presidente Getúlio Vargas. Em muitos momentos dessa história, os preços foram fixados politicamente. Como os derivados têm alto peso nos índices de inflação, a redução de preços propiciava alívio significativo nos índices, permitindo a governos passados fazer propaganda enganosa, ou seja, exibir índices de preços baixos, mas manipulados. Ainda pior, no governo de Dilma Rousseff, para conter a inflação, os preços dos derivados foram fixados em níveis inferiores aos do custo de importação, provocando vultosos prejuízos à Petrobrás e aos acionistas da companhia. Um dia antes da entrada em vigor da nova política, os preços da gasolina nas refinarias foram reduzidos significativamente, em 5,9%, e do diesel, em 4,8%. Isso significa que a empresa admite, voluntariamente, reduzir o lucro unitário gerado na venda de derivados.

O que não quer dizer que as perdas não possam ser compensadas com aumento das vendas. A Petrobrás vinha sofrendo a concorrência crescente de importadores e perdendo participação no mercado de derivados. Mas a estatal sabe “calibrar seus preços”, declarou ao Estado o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis David Zylbersztajn. A reação dos acionistas da Petrobrás foi boa e as ações preferenciais da empresa pouco oscilaram no mês. Parece evidente a importância de a estatal ter à frente um executivo originário da área privada, Pedro Parente, para tomar decisões relevantes na sua política de vendas.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Sallowicz

Título: Petrobrás aprova IPO da BR Distribuidora

Oferta pública de ações é uma opção à venda do controle para um sócio privado e mantém a estatal com o poder de decidir os rumos da subsidiária.

O conselho de administração da Petrobrás aprovou ontem a abertura de capital da sua subsidiária BR Distribuidora por meio de uma oferta pública secundária de ações – quando são ofertadas ações já existentes. A decisão é uma alternativa ao projeto de vender o controle da empresa a um sócio e está em estudo na companhia há pelo menos dois meses, conforme antecipado em maio pelo

‘Estadão/Broadcast’. A Petrobrás informou que, no processo de abertura de seu capital, a subsidiária de distribuição de combustíveis pretende aderir ao segmento especial do mercado de ações da B3 (antiga BM&FBovespa), denominado Novo Mercado. “Todos os atos necessários para realização da oferta estarão sujeitos à aprovação dos órgãos internos da Petrobrás e da BR, bem como à análise e à aprovação dos respectivos entes reguladores, nos termos da legislação aplicável”, disse a Petrobrás em nota à imprensa.

O presidente da estatal, Pedro Parente, afirmou, em junho, que a empresa estava aprofundando a opção de abertura de capital da BR em meio a condições favoráveis. “Observamos histórico recente de IPOs (sigla em inglês para oferta inicial de ações) e decidimos realizar estudos”, afirmou à época. Gestão compartilhada. A pretensão anterior da petroleira era obter uma gestão compartilhada da empresa de distribuição de combustíveis, no qual seria majoritária no capital total, mas teria fatia de 49% no capital votante.

A venda já estava sendo negociada com potenciais compradores, mas as conversas foram interrompidas após o Tribunal de Contas da União (TCU) exigir que a Petrobrás revisasse seu programa de venda de ativos e de formação de parcerias. Um dos pontos que pesaram a favor da abertura de capital foi que, com o lançamento de ações em bolsa, a estatal manterá o poder de decidir os rumos da BR, ao contrário do que aconteceria com a alienação do controle. A declaração de Parente foi recebida com otimismo por especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast no mês passado. Para analistas da corretora Coinvalores, o IPO tende a gerar capital e ajudar no processo de desalavancagem (indicador que mede a relação entre a dívida e o patrimônio da companhia) da Petrobrás, além de trazer perspectiva de melhorar gestão da BR.

Desvantagem. Analistas do UBS trouxeram uma visão diferente, tendo indicado em relatório que a melhor saída seria a Petrobrás contar com um parceiro privado no controle da BR. “A desvantagem (do novo modelo de negócios da BR) seria não ter mais um parceiro privado no controle, e sim acionistas minoritários dispersos, o que pode implicar potencial futura interferência do governo”, diz o documento também divulgado no mês passado após a declaração de Parente. No anúncio de ontem, a Petrobrás informou ainda que o comunicado sobre a abertura de capital não deve ser considerado como anúncio de oferta. “A realização dependerá de condições favoráveis dos mercados de capitais nacional e internacional”, diz a nota.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: CVM libera Petrobrás de rerepresentar balanços

Uso de contabilidade de hedge, adotado pela estatal desde 2013, era visto como controverso por técnicos do órgão

Em decisão favorável à Petrobrás, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu por maioria que a petroleira não terá de reapresentar seus balanços financeiros desde 2013. Contrariando a interpretação da área técnica, a diretoria do órgão regulador do mercado considerou que as práticas adotadas pela estatal para proteger exportações futuras de variações cambiais, a contabilidade de hedge, estão de acordo com as normas vigentes. Desde 2013, a Petrobrás adota a contabilidade de hedge para proteger exportações futuras dos efeitos da variação cambial com o uso de sua dívida dolarizada. É o chamado hedge natural, por dispensar o uso de derivativos. Analistas apontavam que caso fosse obrigada pela CVM a eliminar os efeitos da contabilidade de hedge dos últimos balanços, a Petrobrás poderia registrar lucro líquido em 2016 e, em função disso, ter de pagar dividendos. O Itaú BBA estimou a remuneração potencial aos acionistas em R\$ 4,6 bilhões. O diretor relator do processo, Henrique Machado, refutou praticamente todos os pontos levantados contra a petroleira.

Entre outras coisas, considerou ser incontroverso que uma companhia pode adotar instrumentos de hedge para a cobertura de exportações futuras, independentemente de ser importadora ou exportadora líquida. Segundo ele, o hedge natural das importações seriam as vendas de derivados no mercado doméstico. Resumindo, o repasse das altas do dólar e do petróleo para os preços dos combustíveis ao consumidor. Em seu voto, Machado afirma que embora a Petrobrás revele preocupação com seu elevado endividamento na justificativa da adoção da contabilidade de hedge, não é possível concluir que desvirtuou a essência econômica das operações. Como antecipou o Broadcast, após apreciar o recurso da estatal, as superintendências de Relações com Empresas e de Normas Contábeis da CVM ratificaram entendimento contra a petroleira. Os técnicos afirmavam que a empresa desvirtuou a essência econômica do hedge, migrando de uma política de proteção de risco para um mecanismo de diferimento de perdas cambiais com a dívida. A real preocupação seria não refletir imediatamente no resultado as perdas cambiais em função do endividamento em dólar.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Economia

Autor: Renato Carvalho e Reuters

Título: Queiroz Galvão vende fatia em área do pré-sal por US\$ 379 milhões

Óleo e gás. QGEP, braço do grupo citado na Operação Lava Jato, acertou venda de 10% do bloco BM-S-8 à norueguesa Statoil; há um ano, multinacional havia

anunciado a compra, por US\$ 2,5 bilhões, da participação de 66% que a Petrobrás detinha no mesmo ativo

A QGEP Participações, empresa do grupo Queiroz Galvão, citado na Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobrás, anunciou ontem, em fato relevante, a venda de sua participação de 10% no bloco BM-S- 8, localizado na Bacia de Santos, à norueguesa Statoil, por US\$ 379 milhões (cerca de R\$ 1,23 bilhão). A área inclui o prospecto exploratório de Carcará, no pré-sal, considerado uma das grandes descobertas de petróleo no mundo nos últimos anos, conforme informações de mercado. Com a aquisição, a fatia da estatal norueguesa na área de exploração chega a 76%, uma vez que a Statoil já havia adquirido, há pouco menos de um ano, a participação de 66% que a Petrobrás detinha na área, em um desembolso de cerca de US\$ 2,5 bilhões. A operação faz parte do programa de venda de ativos da estatal petrolífera.

Com a saída da Petrobrás e do braço de óleo e gás da Queiroz Galvão da área de exploração do pré-sal, continuam como sócios a Petrogal Brasil, da portuguesa Galp, com 14% de participação, e a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás, com 10%. Na época da venda de sua participação no bloco BM-S-8, a Petrobrás explicou que o bloco, por ainda não estar operacional, exigiria alto investimento no curto prazo, em um momento em que a estatal estava com o fluxo de caixa comprometido. Apesar de o potencial da área do pré-sal ser considerado alto, a Petrobrás explicou, no ano passado, que as sócias só têm a expectativa de sair da fase de começar a receber dividendos com o bloco nas próximas décadas. O grupo Queiroz Galvão também vive momento difícil, uma vez que, segundo fontes de mercado, seu negócio de construção correria o risco de pedir recuperação judicial.

A empresa foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em abril por suposta fraude na licitação da usina Angra 3. Parcelas. A exemplo do que ocorreu na negociação com a Petrobrás, a Queiroz Galvão vai receber 50% do valor no fechamento da transação, ou US\$ 189,5 milhões. O restante será pago em parcelas “relacionadas a eventos subsequentes”, apontou o fato relevante. O contrato anunciado ontem representa uma venda lucrativa para a QGEP, que pagou US\$ 175 milhões por sua fatia no bloco BM-S-8, em 2011. “Considerando o período de tempo em que mantivemos esse ativo e a falta de visibilidade em relação à efetiva data do primeiro óleo, concluímos que a transação é consistente tanto com nossa política de gerenciamento de risco quanto com nosso compromisso de gerar valor ao acionista”, afirmou, também em comunicado, Lincoln Guardado, presidente da QGEP. Negociação paralela.

Outro anúncio feito pela QGEP no documento divulgado ontem diz respeito a outro bloco na Bacia de Santos em que possui participação, o BS-4. Segundo a empresa, a detentora do contrato de afretamento do navio-plataforma (FPSO), a

Atlanta Field B.V, está em fase final de negociações com a Teekay Offshore para a entrega da unidade a ser alocada no bloco. O braço do grupo Queiroz Galvão é dono de 30% no BS-4, no qual é operador, segundo seu website. “Acreditamos que estamos perto de concluir um acordo que será mutuamente benéfico, visando a assegurar o início da produção de óleo no Campo de Atlanta no primeiro trimestre de 2018”, disse Guardado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Aline Brito

Título: Gasolina baixa a R\$ 3,04

A nova política de preços executada pela Petrobras para os combustíveis fez aumentar a concorrência nos postos do Distrito Federal. Ontem, um dia depois do anúncio de nova redução dos valores nas refinarias — 2% na gasolina e 1,7%, no diesel —, era possível encontrar o litro da gasolina a R\$ 3,039. No posto Ipiranga, na altura da 111 Norte, uma fila de clientes aguardava a vez para aproveitar o valor mais baixo.

A administradora Simone Ramalho, 51 anos, comemorou a queda de preço. “Estou conseguindo economizar muito, porque a gasolina baixou. Isso foi muito bom”, disse. Assim como ela, a administradora de banco de dados Daniela Souza, 25, não perdeu tempo. Quando viu o preço, esperou o quanto foi preciso para abastecer. Ela usa o carro diariamente para ir ao trabalho e essas reduções ajudam os que não podem deixar o veículo em casa. “Me ajudou muito a economizar e a manter o meu meio de transporte”, afirmou.

O professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Bacaccio Piscitelli explicou que a população pode não sentir os benefícios imediatamente por diversos fatores que vão do processo de produção até os custos que os postos têm para se manter funcionando. “Quando a Petrobras anuncia que o preço do combustível caiu nas refinarias, não significa que a queda vai ocorrer na mesma intensidade nos postos. Esse processo não é tão simples e automático”, alertou.

Seja como for, a retração nas refinarias abriu margem para os revendedores baixarem os preços em um mercado com concorrência acirrada, na qual os centavos são observados. Com isso, o valor mínimo retornou aos patamares de setembro de 2015, quando era possível encontrar gasolina por até R\$ 2,98, conforme a série histórica da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Neste mês, alguns postos do Brasil já oferecem a gasolina por até R\$ 2,99, como é o caso da cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Política

Em junho, a Petrobras anunciou sua nova política de preços para o diesel e a gasolina. Pelas regras, a área de marketing e comercialização da estatal tem liberdade para reajustar o valor nas refinarias com mais frequência, até diariamente, desde que respeite um limite de variação de 7% para baixo ou para cima. Com isso, a empresa busca manter os valores próximos à paridade internacional, obedecendo às variações do mercado e abrindo espaço para que os concorrentes importem combustíveis.

Nesse contexto, Piscitelli aconselha ao consumidor acompanhar as alterações, observar os postos de combustível e procurar o local mais vantajoso. “Existem diferenças de preço importantes, significativas, e que valem a pena para economizar e fazer o orçamento render”, afirmou. É o que faz Daniela. Abastece onde encontra o combustível mais em conta. “Hoje, só estou abastecendo aqui no Ipiranga porque o preço é o mais baixo da região”, completou.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

BR Distribuidora terá capital aberto

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem a abertura de capital da subsidiária integral Petrobras Distribuidora S.A. (BR), processo que será conduzido por meio de oferta pública secundária de ações. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal informou que a BR deve aderir ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, em linha com as melhores práticas de governança corporativa. Segundo a Petrobras, todos os atos necessários para a realização da oferta estão sujeitos à aprovação de seus órgãos internos e da BR, bem como dos respectivos entes reguladores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito (Colaborou Rafael Bitencourt, de Brasília)

Título: União busca sócio privado para retomar Angra 3

O governo estuda alternativas para retomar as obras da usina nuclear de Angra 3 em parceria com investidores privados. A principal ideia em avaliação é permitir uma participação máxima de 49% ao novo sócio, mantendo o controle estatal do empreendimento e, assim, não ser necessária uma mudança na Constituição.

O **Valor** apurou que estão no páreo quatro grupos: a russa Rosatom, a chinesa CNNC, a sul-coreana Kepco e o consórcio franco-nipônico EDF / Areva /

Mitsubishi. O principal problema para o governo, porém, é encontrar uma forma de tornar rentável o investimento da ordem de R\$ 17 bilhões para conclusão da usina, de 1.405 megawatts (MW) de capacidade, no litoral sul do Rio.

"A iniciativa privada quer participar, quer ajudar a financiar a conclusão de Angra 3. Tem aí discussões acontecendo, porque atualmente a legislação ainda prevê o monopólio do Estado. Então isso teria que acontecer com a Eletronuclear sendo acionista majoritária com 51%, e 49% para a iniciativa privada. Aí tem que ver o modelo econômico, para ver se vai ser rentável para as empresas", afirmou o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha.

"Angra 3 é algo, na nossa visão, irreversível", acrescentou o executivo, destacando que, apesar de serem necessários cerca de R\$ 17 bilhões para terminar o projeto, não concluir a obra custaria outros R\$ 12 bilhões. De acordo com informações da Eletronuclear, braço de geração de energia nuclear da Eletrobrás, até o momento 67,1% das obras civis da usina já foram executadas. O índice global de conclusão do empreendimento é de 58,4%.

Em junho, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o governo recebeu propostas de multinacionais, com as quais está conversando. Em reunião na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, ele contou que a ideia é montar uma sociedade de propósito específico (SPE) ou uma parceria público-privada (PPP), em que o parceiro privado entraria para garantir a conclusão da obra.

"Na minha opinião, faz sentido concluir Angra 3. Já foi feito muito do projeto. Estamos trocando informações com a Eletronuclear para entender o que pode ser feito. Estamos tentando entender como podemos ajudar e o que podemos fazer", afirmou ao **Valor** Ivan Dybov, presidente da Rosatom para a América Latina.

A cooperação binacional na área nuclear foi um dos temas discutidos entre os governos brasileiro e russo na visita do presidente Michel Temer à Rússia, em junho, embora não tenha sido assinado nenhum novo acordo sobre o tema. "Ficamos felizes por esse ponto ter sido discutido. A cooperação é importante não só na construção de usinas nucleares e no ciclo do combustível, mas também na medicina nuclear e isótopos", afirmou Dybov.

Além das conversas com a Rosatom, a Eletronuclear assinou no fim do ano passado um memorando de entendimentos com a CNNC para estudar o projeto de Angra 3 e discutir uma possível participação conjunta.

De acordo com a minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, divulgada para consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia na sexta-feira, a conclusão de Angra 3 está prevista para 2026.

"Angra 3 é um projeto cuja decisão de construção, de levar a frente o projeto, será tomada em uma reunião do CNPE [Conselho Nacional de Política Energética]. Mas é um projeto que está no horizonte de planejamento", afirmou na semana passada o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso.

Apesar de não indicar outras unidades nucleares além de Angra 3, o Plano Decenal de Expansão de Energia sugere a necessidade de novas usinas do mesmo tipo para depois de 2026.

"Tendo em vista a necessidade latente de oferta de energia firme, a expansão nuclear surge como opção natural. Porém, o início de desenvolvimento do primeiro projeto após Angra 3 deverá ocorrer após o fim do horizonte decenal, em função dos prazos envolvidos de estudos e obtenção de licenças. Após a concretização do primeiro empreendimento, acredita-se que os seguintes poderão ocorrer em intervalos mais curtos, provavelmente de cinco a sete anos", indica o ministério de Minas e Energia no texto do PDE 2026.

O presidente da Abdan, contudo, considerou tímida a posição do governo com relação à energia nuclear no PDE 2026, ao incluir apenas Angra 3 em relação a novas nucleares no estudo.

As obras de Angra 3 estão paralisadas desde setembro de 2015, quando fornecedores interromperam serviços por falta de pagamento e, paralelamente, a Eletrobrás abriu um processo interno para apurar irregularidades nos contratos do empreendimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Privatização de usinas da Eletrobrás deverá ser feita de forma escalonada

A consulta pública aberta pelo Ministério de Minas e Energia para alterar o marco regulatório do setor elétrico prevê incentivos para que a Eletrobrás privatize cerca de 14 GW de potência em até dois anos, mas isso não significa que todo esse volume de energia - que representa quatro hidrelétricas de Jirau, no rio Madeira (RO) - será colocado no mercado ao mesmo tempo.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário-executivo do ministério, Paulo Pedrosa, explicou que o cronograma das privatizações poderá ser ajustado com o objetivo de preparar o sistema para a troca dessa energia, que tem um custo mais barato hoje e gera perdas operacionais à Eletrobrás. Assim, não apenas o aumento tarifário será diferido, como também haverá tempo para que as distribuidoras se organizem com a nova realidade de contratação.

Além disso, não necessariamente toda essa energia será oferecida ao mercado. "Não existe nenhuma decisão que a Eletrobrás tenha que tomar que não passe pela própria companhia. A empresa é que tem que fazer o que será bom pra ela", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A ideia é que a Eletrobrás só privatize as usinas se a operação fizer "sentido econômico" para a companhia e também para os seus funcionários. "O processo só vai ser realizado se gerar oportunidades e valor agregado para a empresa", disse Barroso ao **Valor**.

Desde 2012, quando a então presidente Dilma Rousseff baixou "na marra" as tarifas de energia e criou o regime de cotas de garantia física e potência, a Eletrobrás passou a receber apenas uma receita para operação e manutenção desses ativos, que representam cerca de um terço da sua capacidade instalada total.

Naquele ano, a estatal elétrica foi muito criticada por ter aderido às novas condições, o que foi visto como uma ingerência da União no controle da companhia. O novo governo alega que de modo algum isso voltará a acontecer.

Atualmente, a tarifa das cotas é de cerca de R\$ 60/MWh. Nos contratos do mercado regulado firmados em leilões, por sua vez, a Eletrobrás apurou a tarifa média de R\$ 200/MWh em 2016. Pela proposta da reforma do setor, a Eletrobrás poderá "descotizar" essa energia por meio da privatização das hidrelétricas, que passarão a operar no regime de produtores independentes, sem contratos.

Como as cotas hoje estão alocadas nas distribuidoras de energia, se toda a energia fosse "descotizada" ao mesmo tempo, haveria uma descontração involuntária que poderia acarretar custos aos consumidores. "Podemos ajustar o cronograma e escalonar as cotas, dando tempo para organizar o sistema", disse Pedrosa.

Poderão ser feitos, por exemplo, leilões de lotes pequenos dessa energia, que seriam descotizados paulatinamente a fim de que as distribuidoras se preparem para recontratar o necessário em leilões de energia existente.

No processo de privatização dessas usinas, elas serão oferecidas sem contratos de consumo atrelados, totalmente descontraçadas. Os compradores terão a

opção de vender a energia no mercado livre, que geralmente negocia contratos de no máximo cinco anos, ou no regulado, por meio de leilões de energia existente, que firmam contratos de longo prazo.

Caso a administração da Eletrobrás opte por manter as usinas, será no regime atual de cotas. Para ficar com as hidrelétricas descontratadas, a estatal precisaria disputar o leilão e pagar a outorga.

O governo, porém, ainda não tem estimativa de quanto poderia ser levantado com as outorgas. Pelos cálculos do Bradesco BBI, a venda dos 7,5 GW médios de garantia física que a Eletrobrás tem em cotas teria o potencial de gerar um valor presente líquido de R\$ 30 bilhões, considerando tarifa média de R\$ 140 por megawatt-hora (MWh). O principal objetivo é recuperar a saúde financeira da Eletrobrás e de todo o setor elétrico. "Se não houver reforma, o setor quebra", disse Pedrosa.

Outro ponto importante sempre destacado pela equipe energética do governo atual é que "nada está escrito em pedra", e alterações poderão ser feitas depois do período em que a proposta ficar em consulta pública.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Thais Carrança

Título: Mercado critica repasse de recursos ao Tesouro

Setores do mercado de energia elétrica reagiram ontem à nova ideia em estudo pela área da Fazenda do governo de transferir a maior parte dos recursos da "descotização" e posterior privatização de hidrelétricas antigas da Eletrobrás, utilizando a parcela destinada anteriormente à estatal para reduzir o déficit fiscal.

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, afirmou que existe a possibilidade de associações do setor questionarem a legalidade do uso dos recursos da privatização das usinas para a contribuição do resultado fiscal.

O executivo disse ser favorável à "descotização", principalmente por retirar do consumidor o risco hidrológico (risco de ter de comprar energia no mercado de curto prazo, caso as hidrelétricas que vendem energia em cotas produzam menos que o previsto), porém criticou o uso dos recursos para qualquer finalidade que não seja beneficiar o consumidor, uma vez que essas usinas estão amortizadas.

O presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, também criticou a destinação dos recursos para o

Tesouro. "As distribuidoras acham que a proposta vai contra a modicidade tarifária. A renda hidráulica [oriunda da renovação das concessões das usinas da Eletrobrás por meio da Medida Provisória 579/2012] deve ser usada para fazer modicidade tarifária. Não tem sentido transferir renda do setor elétrico para o Tesouro", disse o executivo, após participar de evento sobre qualidade do serviço de energia, promovido pela Firjan, no Rio de Janeiro.

De acordo com cálculo feito pela consultoria TR Soluções, o impacto médio da "descotização" e posterior contratação da energia dessas usinas, depois de privatizadas, deve causar um impacto médio nas tarifas das distribuidoras do país de 5,58%, variando entre 2% para Ceron (RO) e CPFL Leste Paulista (SP) e 10% para Copel (PR). A conta considera a recontração dessa energia ao preço de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh).

Santana e Leite devem participar, junto com representantes de outras associações, de reunião com o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, hoje, em Brasília, para discutir a proposta de reforma do marco do setor elétrico.

A proposta inicial apresentada pelo ministério na semana passada previa a divisão em três partes iguais dos recursos oriundo da privatização das usinas antigas da Eletrobrás, cuja concessão foi renovada pela MP 579/2012, sendo uma parte para o Tesouro, outra para a Eletrobrás e outra para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), reduzindo o custo de subsídios para o consumidor.

Em reportagem publicada ontem, o **Valor** informou que o governo avalia repassar para o Tesouro dois terços do valor arrecadado, não destinando recursos à Eletrobrás. Os papéis da elétrica fecharam em queda de 3,48% (ONs) e 2,37% (PNs) no pregão de ontem da B3.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro, a alternativa avaliada pelo governo reforça a tese de que a Eletrobrás deixará de ser instrumento de política energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Cristiano Zaia

Título: Maia e ACM Neto trabalham para aumentar bancada do DEM na Câmara

A perspectiva de poder impulsionou as articulações do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para ampliar a bancada do partido na Casa. Primeiro na linha sucessória da Presidência da República, Maia e o prefeito de

Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto, trabalham para aumentar os quadros da sigla de olho no pleito de 2018 e na base de sustentação de eventual governo DEM.

Em outra frente, o ex-ministro da Defesa e deputado Aldo Rebelo (SP) pode trocar o PCdoB pelo PSB. Aldo é o nome de consenso da esquerda para compor eventual chapa com Maia na hipótese de eleição indireta.

Essa articulação avança rapidamente e tem de ser concluída até setembro, quando o Congresso deve aprovar a reforma política. O item principal da reforma é o fundo partidário, estimado em R\$ 3 bilhões em recursos do Tesouro Nacional, que financiará as campanhas eleitorais em 2018. Uma das emendas em discussão prevê que 95% do fundo será repartido entre os partidos com representação na Câmara, considerando-se as maiores bancadas na data da promulgação da emenda constitucional. Para vigorar no ano que vem, a emenda tem de ser promulgada até 5 de outubro.

Atualmente o DEM tem 31 deputados, sendo 29 no exercício do mandato, e quer ultrapassar os 40. Um dos licenciados é o ministro da Educação, Mendonça Filho. Um dos principais alvos da articulação para inflar o DEM é o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o pai dele, o senador Fernando Bezerra Coelho (PE), do grupo de dissidentes do PSB. Ambos respondem a processos no Conselho de Ética do PSB porque apoiaram as reformas do governo de Michel Temer.

No dia 19 de junho, Maia e ACM Neto visitaram Petrolina, em Pernambuco, ciceroneados pelo ministro e por Bezerra Coelho. Petrolina é reduto eleitoral dos Bezerra Coelho e tem como prefeito Miguel Coelho, irmão do senador. Os dois líderes nacionais do DEM foram convidados de honra do "São João de Petrolina", uma das principais festas populares do Nordeste. Maia voltou a Brasília no dia 20, já como presidente da República em exercício, com Temer em visita oficial à Rússia.

O flerte evoluiu e na semana passada, no dia 5 de julho, o ministro Fernando Coelho Filho convidou os 14 deputados dissidentes do PSB para um almoço em sua casa, que teve como convidado especial o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Fernando Filho foi líder do PSB antes de se tornar ministro.

Maia espera levar para o DEM os Bezerra Coelho, a líder do PSB, Teresa Cristina (MS), e pelo menos mais sete deputados do total de 14 dissidentes. Entre eles, o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), que já integrou os quadros do partido.

Maia compareceu até mesmo à festa de aniversário de Teresa Cristina na liderança do PSB na última semana. Embora tenha recebido convites de outros

partidos pela postura assertiva na reforma trabalhista, Teresa Cristina caminha para fechar com o DEM.

Já o ex-ministro Aldo Rebelo mantém um diálogo avançado com a cúpula do PSB. Ex-ministro dos governos petistas, ex-presidente da Câmara, Aldo é considerado um quadro expressivo no parlamento, que transita com a mesma desenvoltura na esquerda e na bancada do agronegócio, como relator do Código Florestal.

Por causa desse perfil, Aldo tornou-se o nome de consenso da esquerda para compor eventual chapa com Rodrigo Maia para a eleição indireta para a Presidência da República - na hipótese de afastamento de Michel Temer.

Aldo esteve com o presidente do PSB, Carlos Siqueira, e com o presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande, em maio e junho.

Um interlocutor de Aldo confirma o convite para ingressar no PSB, mas ressalta que ele ainda não tomou uma decisão. Um dos motivos da insatisfação de Aldo no PCdoB é a falta de protagonismo da sigla, que orbita em torno do PT.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata

Título: Bolívia deixa disciplina fiscal e o déficit público dispara

A Bolívia, que durante boa parte do governo do presidente Evo Morales foi um caso de rigor fiscal e teve superávit orçamentário, tem aumentado o gasto público nos últimos anos. Com isso, o déficit disparou, o que ameaça a saúde financeira do país.

Em 2006, primeiro ano de Evo Morales na Presidência, a Bolívia teve superávit de 4,5% do PIB, depois de déficit de 2,2% no ano anterior. A disciplina fiscal continuou pelos oito anos seguintes até 2014, quando o país teve déficit de 3,4%. De lá para cá, o déficit cresceu e deve chegar a 6,2% neste ano.

Entre 2015 e 2016, a Bolívia teve uma queda de 54,5% das receitas de hidrocarbonetos, de US\$ 3,83 bilhões para US\$ 1,74 bilhões. Os hidrocarbonetos, basicamente o gás natural, respondem por 75% das exportações e a 12,7% do PIB. O governo agora quer aumentar a arrecadação com o reajuste de 3% das tarifas de eletricidade e cortar gastos, como no caso recente da estatal de petróleo e gás YPFB.

Na semana passada, a YPFB anunciou corte de 100 funcionários, de um total de 2.000, e nivelação salarial - medidas atribuídas à queda das receitas da

exportação de gás. O preço da commodity no mercado internacional foi de US\$ 8,69 por milhões de BTU quando Evo tomou posse, atingiu US\$ 12,69 por milhões de BTU em junho de 2008 e hoje está em US\$ 2,98 por milhões de BTU, segundo a Administração de Informação de Energia (EIA) dos Estados Unidos.

Especialistas ouvidos pelo **Valor**, no entanto, divergem sobre se os cortes na YPFB seriam parte de um plano de austeridade maior para reduzir o déficit. Alguns veem a reestruturação como o início de uma série de ajustes que o governo fará. Outros avaliam que, depois de anunciar que buscará um quarto mandato, Evo dificilmente será austero e continuará gastando, especialmente em infraestrutura.

Segundo Osvaldo Nina, do Instituto de Estudos Avançados em Desenvolvimento, a diminuição da receita decorrente da exportação de gás afetou não apenas o governo federal, mas também administrações locais e instituições públicas, que agora buscam reduzir despesas, salários e funcionários.

Os déficits fiscais de 6,9% do PIB em 2015 e 6,5% no ano passado acenderam um alerta no governo boliviano, afirma Roberto Laserna, do Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social. "O aumento do déficit está diretamente atrelado à queda dos preços de hidrocarbonetos e não atinge apenas serviços públicos como saúde e educação, mas também empresas estatais", diz. "As de mineração serão as próximas a sofrer cortes."

Medidas para assegurar a saúde financeira das estatais seguem recomendações de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), lembra Sergio Guzmán, da consultoria Control Risks. Segundo ele, o FMI recomenda ainda a transição para um quadro fiscal mais confiável e corte de gastos para "absorver a volatilidade dos preços de hidrocarbonetos".

Guzmán não crê, no entanto, que esteja em marcha um plano de austeridade mais amplo. "Se o propósito de Evo é buscar um quarto mandato em 2019, não convém a ele implementar impopulares políticas de austeridade", diz. Para ele, com um crescimento de 4% do PIB previsto para este ano, a Bolívia tem estabilidade, apesar de "um pequeno déficit devido à queda dos preços de commodities".

Projeção da consultoria FocusEconomics prevê déficit de 5,1% no ano que vem e de 4,7% para 2019. Financiar um déficit alto até as eleições de 2019, afirma Nina, só seria possível por meio de investimentos estrangeiros.

"O governo deve buscar recursos junto a países como a China, para investimento em projetos de infraestrutura, por exemplo. Ou da Coreia do Sul, interessada em lítio, para mineração", diz.

Professor da Universidade Maior de San Andrés, Rolando Morales aponta como outros prováveis meios de financiar o déficit a ajuda de órgãos como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Ao atentar para o endividamento público hoje em 42,1% do PIB, o economista Luis López Vivas, da FocusEconomics, alerta que, "apesar do cenário positivo, o caminho adiante não está isento de riscos", como uma queda ainda maior nos preços de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Anna Hirtenstein | Bloomberg

Título: Eletricidade já lidera investimento em energia

A energia elétrica atraiu mais investimentos que os combustíveis fósseis pela primeira vez no ano passado com o setor da energia se preparando para uma onda de eletrificação que abrangerá carros, edifícios e processos industriais.

Projetos de geração de energia e expansão da rede elétrica captaram US\$ 718 bilhões, 42% do total de US\$ 1,7 trilhão investido em energia no ano passado, segundo relatório divulgado ontem pela Agência Internacional de Energia (AIE). A oferta de petróleo, gás e carvão captou US\$ 708 bilhões, menos que no ano passado, uma queda que reflete os preços e os lucros mais baixos obtidos pelas principais empresas de petróleo.

As conclusões são mais um marco da mudança no setor energético mundial, que está se afastando dos combustíveis mais poluentes à medida que os governos reagem às ameaças impostas pelo aquecimento global e que o custo de energias renováveis - como eólica e solar - cai e concorre com o dos combustíveis fósseis.

"Petróleo e gás foram o maior destino de investimento por cem anos. Isso mudou em 2016", disse Laszlo Varro, economista-chefe da AIE. "Com um investimento sólido em energia renovável e maior investimento nas redes elétricas, a eletricidade passou a ser a maior área de investimento de capital."

A energia renovável e as redes ficaram com 80% de todo o investimento em eletricidade, de acordo com cálculos da AIE. Novos projetos de energia não poluente atraíram US\$ 297 bilhões em 2016, um declínio de 3% em relação ao

ano anterior, causado pelo barateamento de painéis solares e turbinas eólicas. As instalações cresceram 5% durante esse período.

Os projetos de energia exigem muito capital, e o desenvolvimento e a construção levam anos, por isso as decisões tomadas e o dinheiro gasto hoje dão uma ideia de como será o sistema energético nas próximas décadas. A transição de fluxos de capital dos combustíveis fósseis para a eletricidade, em particular fontes não poluentes, como solar e eólica, revela que a tendência desencadeada pelo acordo climático de Paris está repercutindo no setor de energia.

A China recebeu mais de um quinto do investimento global. O país mais populoso do mundo gastou menos em usinas movidas a carvão por causa da pressão pública para limitar a poluição. As companhias investiram em projetos de geração e redes de eletricidade de baixo carbono, respondendo por 65% do total global, com US\$ 259 bilhões.

O investimento no sistema de energia dos EUA cresceu 16%, impulsionado pela energia renovável, segundo o relatório. A AIE não prevê o ressurgimento do setor de carvão, embora o presidente Donald Trump tenha prometido fortalecer a mineração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Reforma repara erros do setor elétrico e deve elevar tarifas

Cinco anos depois da edição da problemática Medida Provisória (MP) 579, de Dilma Rousseff, que desorganizou o setor elétrico brasileiro, surge uma proposta ambiciosa de reforma para reparar os erros cometidos e ainda angariar recursos para cobrir o crescente déficit público. Detalhado em documento de 57 páginas do Ministério de Minas e Energia, o projeto estava em estudo há alguns meses e veio à tona em um momento conturbado, mas foi bem recebido. O maior elogio foi por abrir espaço para que os participantes do mercado analisem as propostas e sugiram alterações até agosto, antes da elaboração da MP que será enviada ao Congresso. Entre os principais pontos estão a privatização de usinas de geração da Eletrobras, a revisão dos critérios de compensação do risco hidrológico, a ampliação do mercado livre, a substituição das térmicas a óleo por fontes eólicas e solar e a tarifa variável conforme o horário.

A proposta mais ousada é a venda de usinas hidrelétricas da Eletrobras, o que vai garantir recursos para fechar as contas públicas e amenizar os prejuízos da estatal. Serão privatizadas usinas que tiveram as concessões renovadas por 30 anos por Dilma, em 2012, em troca de um corte em torno de 70% nos valores do

megawatt-hora (MWh) para garantir a redução dos preços da energia então prometida pela ex-presidente. Essas usinas totalizam 14 mil megawatts (MW) de potência instalada e a Eletrobras é que vai escolher as unidades que serão postas à venda. Privatizadas, poderão voltar a cobrar tarifas de mercado.

Os compradores pagarão outorgas que devem somar um total de R\$ 53 bilhões, de acordo com cálculos feitos pelo **Valor** com base nas somas definidas pelo governo na relicitação de usinas da Cemig, prevista para o fim deste ano. Inicialmente, os recursos obtidos seriam divididos entre o Tesouro, a Eletrobras e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Mas, diante do aperto fiscal, o Tesouro deve ficar com a maior parte e, eventualmente, reforçará o capital da estatal. A empresa vai encolher, é verdade, perdendo cerca de um terço da potência total que somava 46,8 mil MW, mas ficará menos endividada. Serão vendidas usinas que dão prejuízo operacional; e os compradores terão que assumir os empregados e passivos trabalhistas e ambientais.

Outro ponto importante do projeto é a retomada do cronograma de ampliação do mercado livre, que estava congelado desde 2002. O consumo mínimo estabelecido para que o cliente possa migrar do mercado regulado das distribuidoras de energia para o livre, onde há liberdade de escolha do fornecedor, vai ser mudado a partir de 2020 dos atuais 3 MW de consumo para 75 KW. Há quem defenda o fim total de qualquer limitação, como na Europa, onde até o consumidor residencial pode escolher de qual distribuidora vai comprar energia. O projeto também prevê a rescisão dos contratos de térmicas, movidas a óleo localizadas principalmente na região Nordeste, ambientalmente "sujas", e sua substituição por fontes limpas, como eólica e solar; e ainda deve contribuir para uma provável redução da judicialização da complexa discussão sobre o risco hidrológico.

Haverá naturalmente impacto nas tarifas e não será favorável ao consumidor. Não será a primeira vez. Na reforma de Dilma, apresentada como caminho para baratear os custos da energia, houve uma redução de 15,66% no primeiro ano, 2013. No ano seguinte, porém, todo o ganho foi anulado por um aumento de 17,06%, ainda assim contido para segurar a inflação e não causar maiores marolas nas eleições. Com a vitória assegurada nas urnas, em 2015, a tarifa de energia saltou 51%.

Desta vez, o Ministério de Minas e Energia reconheceu de antemão a repercussão das mudanças na elevação da tarifa de energia, na nota técnica divulgada para explicar o projeto, e apresentou uma estimativa desse reflexo. Se todo o volume de cotas das hidrelétricas for descontratado de uma única vez e substituído por contratos com preço estimado em R\$ 200 por MWh, a alta seria em torno de 7%, já considerando o dinheiro que iria para a redução dos subsídios embutidos na CDE e as mudanças na alocação do risco hidrológico. O preço efetivo da energia

será conhecido apenas nos editais de privatização das hidrelétricas. O custo pode subir também porque o governo pensa em introduzir tarifas diferenciadas conforme o horário do consumo. Há ainda o risco de mudanças serem introduzidas na tramitação da MP no Congresso. Mas, de um modo geral, a reforma foi bem recebida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Petrobras quer discutir novas operações de crédito com BNDES

Após atuar ao longo dos últimos meses, principalmente no mercado internacional, para captar novos recursos e rolar a dívida de curto prazo, a Petrobras pretende agora priorizar o mercado doméstico em novas oportunidades de captação. Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Ivan Monteiro, uma das intenções da petroleira é voltar a discutir novas operações com o BNDES.

Segundo dados da Petrobras do início de junho, a empresa tem US\$ 58,1 bilhões de dívidas com vencimento entre 2018 e 2021. O montante é US\$ 4,6 bilhões menor que os compromissos que a petroleira mantinha dois meses antes, no final de março. O valor foi reduzido graças a operações de refinanciamento da dívida.

Nos últimos meses, operações desse tipo foram fechadas com instituições como o Citibank, para substituição de uma dívida de US\$ 500 milhões com vencimento previsto para 2017 e 2018. Mais recentemente, a estatal fechou acordo com o banco canadense The Bank of Nova Scotia, para troca de uma dívida de US\$ 500 milhões, com vencimento em 2019, por um novo financiamento, no valor US\$ 750 milhões, com vencimento em 2022 e sem garantias reais.

"Agora vamos olhar operações no mercado doméstico de capitais, que voltou a ficar bastante aquecido. Temos reduzido bastante a exposição junto ao BNDES. Acho que está no momento de a gente voltar a discutir novas operações com o BNDES", afirmou Monteiro, em entrevista ao **Valor**.

Ele se disse "animado" com a possibilidade de voltar a tomar financiamentos com o banco estatal, mas lembra que a exposição do BNDES à petroleira cresceu devido à valorização das ações da empresa. O BNDES tem uma participação significativa na Petrobras (22,39% das ações PN, 0,16% das ON e 9,70% do capital total).

"Eles [BNDES] são grandes acionistas da Petrobras através da BNDESPar. Como a ação da Petrobras subiu bastante, mesmo com os pré-pagamentos de dívida que

fizemos, eles tiveram aumento da sua exposição. Então eles também têm que passar por um processo de adequação do seu limite de crédito junto a Petrobras, mas, para nós, seria muito bom poder voltar a trabalhar com o BNDES", disse.

Monteiro explicou também que a companhia não trabalha, neste momento, com a possibilidade de voltar ao mercado externo neste ano, mas que não descarta essa alternativa se houver uma oportunidade favorável.

Com R\$ 364,7 bilhões (US\$ 115,1 bilhões) de dívida bruta para gerir, Monteiro disse que a Petrobras não possui nenhum vencimento importante previsto para 2018 - ano eleitoral e, portanto, sujeito a maior volatilidade. Segundo ele, o foco atual da área financeira da companhia é a gestão do perfil da dívida concentrada entre 2019 e 2021. De acordo com os dados de junho, a estatal tem US\$ 16,3 bilhões vencendo em 2019; US\$ 13,7 bilhões em 2020 e US\$ 18,9 bilhões em 2021.

Monteiro comemorou o fato de todas as linhas de crédito estarem novamente disponíveis à Petrobras, após o mercado de capitais ter se "fechado" à estatal nos últimos anos, em meio às dificuldades da empresa de entregar o balanço auditado de 2014. Ele diz ter à sua disposição, para trabalhar melhor o perfil de endividamento, mercados global e nacional de capitais, linhas de crédito com bancos de fomento e bancos comerciais e agências de crédito à exportação.

Monteiro disse também que a Petrobras pode acessar, ainda este ano, o montante de US\$ 5 bilhões pré-aprovado pelo banco chinês China Development Bank (CDB), em operação firmada em 2016. O executivo lembrou que, em 2015, a companhia contratou uma operação com o CDB de US\$ 5 bilhões, sendo totalmente desembolsada. No ano seguinte, foi anunciada nova operação, no valor de US\$ 10 bilhões, dos quais apenas US\$ 5 bilhões foram tomados.

"Continuam as discussões entre as instituições para poder fazer a execução dos novos US\$ 5 bilhões, mas ainda não tem data para isso", disse Monteiro, ao ser questionado se a liberação do montante poderia ocorrer ainda em 2017.

O executivo disse esperar que a melhora da percepção de riscos dos investidores ao perfil de crédito da companhia, refletido nas recentes operações de emissão de bônus, se traduza nos ratings da empresa ao longo deste ano.

"Já anunciamos [operações com] bancos americanos, bancos nacionais, bancos europeus. É de se esperar que venhamos fazer novos anúncios, em diferentes geografias, o que mostra que a companhia retomou seu relacionamento normal com os bancos, nacionais e globais. Isso é muito positivo para as agências de rating. Esperamos que ao longo de 2017, cumprindo o nosso plano de negócios,

isso seja capturado por eles [agências de rating] e, no momento adequado, se reflita nos ratings", afirmou.

A Petrobras perdeu o grau de investimento no início de 2015. Este ano, a Standard & Poor's e a Moody's elevaram os ratings da companhia, para BB- e B1, respectivamente, mas a empresa ainda está abaixo do selo de bom pagador.

Outra fonte de recursos, para gestão da dívida, é o programa de desinvestimentos. No biênio 2015-2016, a empresa levantou US\$ 13,6 bilhões em venda de ativos, dos quais US\$ 4,87 bilhões ainda vão entrar no caixa da estatal.

O último ativo colocado à venda pela estatal foi sua rede de postos no Paraguai. Monteiro explicou que a Petrobras pretende se desfazer de todos os ativos de distribuição de combustíveis no exterior. A estatal ainda possui cerca de 200 postos na Colômbia e Uruguai.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Queiroz Galvão vende

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) acertou a venda de sua fatia de 10% no bloco BM-S-8 à Statoil Brasil Óleo e Gás por US\$ 379 milhões. Com a aquisição, a participação da Statoil no bloco chega a 76% - a empresa já havia comprado 66% do BM-S-8 da Petrobras. Em comunicado divulgado ontem à noite, a Queiroz Galvão Exploração e Produção informou que a Statoil pagará US\$ 189,5 milhões, parcela equivalente à 50% do valor total, já no fechamento da transação, após a aprovação pelos órgãos competentes. O restante será pago em parcelas ligadas a eventos subsequentes, entre eles, a celebração do acordo de individualização da produção.

Odebrecht perde contrato

A Pemex, petrolífera estatal mexicana, cancelou um contrato equivalente a R\$ 326 milhões para planejamento, engenharia e construção de obras com a Odebrecht na refinaria Miguel Hidalgo, na cidade de Tula, no México, devido à investigação de pagamento propina pelo grupo no país. A decisão foi tomada em 16 de junho. O contrato foi assinado em novembro de 2015 para terraplenagem de plataformas e construção de acessos externos da refinaria. Mas, por falta de

orçamento, já estava suspenso há 15 meses, tendo sido executado apenas 22%. O documento destaca que a Odebrecht e suas afiliadas locais estão sofrendo processos administrativos sancionadores por prováveis irregularidades. A base para os processos é a declaração de culpa do grupo ao Departamento de Justiça dos EUA em 12 países. A Odebrecht teria pago até US\$ 10,5 milhões em propina a autoridades mexicanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: Ex-presidentes da Petrobras são absolvidos na CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu ontem os acusados em processo que analisou informações no prospecto de oferta de ações da Petrobras em 2010 sobre o pagamento de dividendo mínimo, além de informações no formulário de referência sobre o assunto.

Foi o último julgamento de processo sancionador na CVM do presidente Leonardo Pereira, cujo mandato se encerra na próxima sexta-feira. Outros processos ligados à Petrobras durante sua gestão, inclusive os relacionados à Operação Lava-Jato, serão analisados na gestão do próximo presidente do regulador.

No julgamento de ontem, além da estatal, eram acusados os ex-presidentes da petroleira Maria das Graças Foster e José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor de relações com investidores da petroleira, Almir Barbassa. Entre os nomes processados estavam, ainda, o Bradesco BBI, na qualidade de líder do consórcio de distribuição pública de ações da Petrobras, e o diretor responsável do banco, Bruno Boetger.

O prospecto da oferta informou que os acionistas preferencialistas não teriam direito de voto, salvo no caso de o dividendo mínimo prioritário a que faziam jus deixasse de ser pago por três exercícios consecutivos. Como teve prejuízo de R\$ 21,7 bilhões em 2014, a administração não propôs distribuição de dividendos à assembleia geral ordinária, realizada em maio de 2015.

Diante desse cenário, acionistas preferencialistas indagaram a companhia sobre a aquisição do direito de voto.

A companhia foi questionada pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) em 2015 e manifestou novo entendimento no sentido de que as ações preferenciais "não poderiam nunca adquirir tal direito" em razão da vedação de que trata a Lei do Petróleo. De acordo com a Petrobras, o regime jurídico

societário previsto pela Lei do Petróleo seria posterior e específico com relação à lei das S.As (Lei 6.404) e deveria prevalecer.

Em seu voto, o diretor da CVM Pablo Renteria entendeu que não houve má-fé dos acusados. Segundo ele, parecia impossível evidenciar que havia sinais de alerta para que a companhia pudesse duvidar das informações contidas do prospecto.

Renteria afirmou que não seria correto afirmar que a informação no prospecto fosse falsa ou inexata. Ele acrescentou que a empresa estava respaldada por "legítimos argumentos jurídicos" e que vinham sendo adotada desde ao menos a oferta pública de ações de 2000.

A informação divulgada pela Petrobras no formulário de referência estava em linha com a qualidade que se esperava de qualquer companhia aberta sujeita à lei das S.As, acrescentou.

"A meu ver, não seria correto, nem justo avaliar a diligência dos acusados na preparação do prospecto à luz da decisão anterior da administração da companhia, de alterar o seu entendimento", afirmou em seu voto. Renteria concluiu que não era possível afirmar que o formulário de referência continha informação falsa, inexata ou incompleta.

O voto de Renteria foi acompanhado por Pereira e pelo diretor Henrique Machado. O diretor Gustavo Borba não participou do julgamento. Ele se declarou impedido de votar nos casos ligados à estatal petrolífera.

Presente no julgamento, Barbassa comentou sobre o trabalho da área financeira da Petrobras à época. "O que a área financeira da Petrobras fez durante a minha gestão foi um bom trabalho. Não temos nada de errado apesar de tudo o que aconteceu na Petrobras", afirmou a jornalistas. Ele não quis comentar sobre os outros casos em que está envolvido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Estatal ainda mantém 20 fornecedores bloqueados

A Petrobras ainda mantém 20 grupos econômicos envolvidos nas investigações da Lava-Jato impedidos de participar de suas licitações. Dos 27 grupos incluídos no bloqueio cautelar, entre 2014 e 2015, sete já foram retirados da lista pela estatal.

Os casos mais recentes são os da Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia, que firmaram acordo de leniência com o Ministério Público Federal (MPF) e assinaram no último mês termos de compromisso com a Petrobras, para voltarem a participar das licitações da petroleira. Também já não constam mais na lista original do bloqueio cautelar as empresas Egesa, GDK, Jaraguá Equipamentos, Mendes Junior e Setal.

Por outro lado, ainda continuam impedidas de contratar com a Petrobras, por força do bloqueio: a Alumini, Camargo Corrêa, Construcap, Engevix, Fidens, Galvão Engenharia, IESA, MPE, OAS, Odebrecht, Promon, Queiroz Galvão, Skanska, Techint, Tomé Engenharia, UTC, TTK, Schahin, Sanko Sider e EIT. Além dessas empresas, outros 58 fornecedores estão suspensos, por motivos diversos, das licitações da estatal.

Desde que vieram a público as denúncias de corrupção investigadas pela Lava-Jato, a Petrobras passou a exigir programas de integridade dos seus fornecedores. Nos últimos dois anos, a estatal analisou o compliance de mais de 12 mil companhias, para atestar se elas são idôneas e alinhadas com a lei.

Para voltar às licitações da Petrobras, os fornecedores passam por um procedimento de due diligence de integridade e assumem, com a estatal, um conjunto de obrigações. Entre elas, segundo a petroleira, está a manutenção de um programa de integridade, em conformidade com a legislação anticorrupção.

Com base nos programas de cada empresa, a Petrobras atribui uma classificação de risco ao fornecedor - que é levada em consideração pela petroleira brasileira na hora da seleção das empresas que participarão de uma licitação.

Na ocasião da assinatura do termo de compromisso com a Andrade Gutierrez, em junho, a Petrobras informou que segue acompanhando o andamento de eventuais acordos de leniência e adoção de medidas de conformidade pelas demais empresas bloqueadas. O acordo de leniência mais recente é o da UTC, que, esta semana, assumiu o compromisso de ressarcir em R\$ 500 milhões os cofres públicos por desvios na Petrobras, Eletrobras e Valec.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Risco hidrológico já trava R\$ 2 bi no mercado à vista

Os montantes represados pelas liminares referentes ao déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) nas operações do mercado de curto prazo de energia subiram para R\$ 2 bilhões na liquidação de maio, concluída ontem. Até abril, as liminares travavam R\$ 1,6 bilhão.

Com isso, a liquidação de maio teve inadimplência de 55%, ao movimentar R\$ 1,87 bilhão dos R\$ 4,23 bilhões contabilizados. Além dos R\$ 2 bilhões referentes às decisões judiciais do GSF, outros R\$ 360 milhões representam valores em aberto da liquidação, como inadimplência de distribuidoras de energia.

A alta do total travado pelas liminares já era esperada pelo seto, refletindo o preço de liquidação das diferenças (PLD) médio daquele mês, que foi próximo de R\$ 400 por megawatt-hora (MWh), ao mesmo tempo em que o déficit hídrico medido pelo GSF cresceu, por causa da hidrologia ruim do mês.

O problema do GSF acontece quando, por falta de chuvas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determina que as hidrelétricas gerem menos que suas respectivas garantias físicas, a fim de preservar os níveis dos reservatórios. Ainda que a geração física não seja efetivada, as companhias precisam cumprir os contratos firmados de venda de energia, ficando expostas.

Em 2015, o problema custou cerca de R\$ 20 bilhões ao setor, e resultou na guerra de liminares que persiste até hoje. As companhias conseguiram decisões judiciais que reduzem a exposição a zero ou 5% do total de suas garantias físicas. Quando as liquidações do mercado de curto prazo de energia foram paralisadas, o governo ofereceu uma repactuação que envolveu a contratação de um "seguro" pelas usinas.

No mercado cativo, a proposta teve ampla adesão, e as companhias desistiram das liminares. Todavia, no mercado livre, a briga permanece até hoje. A saída para a questão está na consulta pública lançada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) na última semana.

A proposta envolve retroagir a 2013 o deslocamento hidrelétrico causado pela geração fora da ordem de mérito (GFOM), com a compensação para as usinas por meio da extensão de seus respectivos prazos de outorga. Segundo o MME, o principal motivo para a proposta é que a intensa judicialização causa distorção do sinal de preço e ineficiência econômica no mercado de curto prazo.

O risco de se colocar a solução para o GSF na consulta pública, que trata de toda a reformulação do marco legal do setor elétrico, é elevado, e o governo tem ciência disso, apurou o **Valor**.

O problema é que, sem o fim da judicialização referente ao risco hidrológico, o mercado de curto prazo pode travar novamente. As estimativas mais recentes da

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) reduziu a projeção do efeito do GSF a R\$ 3,8 bilhões no mercado livre este ano, contando com um PLD médio de R\$ 189/MWh para o ano. Essa previsão, no entanto, pode mudar, e o PLD médio previsto pelas comercializadoras é superior aos R\$ 250/MWh.

Havendo a publicação de uma Medida Provisória (MP) resultante da consulta pública, os geradores terão uma janela de oportunidade de repactuar a exposição ao GSF. Enquanto ela tramitar, a MP terá poder de lei, e os efeitos serão mantidos mesmo se ela caducar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Marina Falcão

Título: Ativos da massa falida da Laginha começarão a ser leiloados

Os ativos da massa falida do grupo alagoano Laginha, do ex-deputado e usineiro João Lyra, começarão a ser leiloados neste mês. Com dívida R\$ 2 bilhões, o grupo até agora não desembolsou um centavo sequer para o pagamento dos credores desde que teve a falência decretada pela Justiça pela primeira vez, em 2012.

O terreno e o imóvel onde funcionava a sede a empresa, à beira-mar em Maceió, vão a leilão dia 26. O ativo é avaliado em R\$ 15,7 milhões. Na mesma ocasião, também será leiloado um apartamento de R\$ 650 mil, um imóvel comercial de R\$ 145 mil e uma aeronave modelo EMB-820C Carajá avaliada em R\$ 340,5 mil.

Bens mais valiosos da massa falida, as cinco usinas (três em Alagoas e duas em Minas Gerais) têm valor de mercado estimado em R\$ 1,88 bilhão. Somente a Graxuma, em Alagoas, é avaliada em R\$ 854 milhões. As usinas estão sendo preparadas para também irem a leilão, mas antes é necessário resolver "discussões agrárias", afirma Paula Lobo, especialista em recuperação judicial do escritório Da Fonte Advogados, que assessora o administrador judicial da falência. "Se levamos as usinas a leilão sem resolver essas questões, há o risco de depois ser decretada a nulidade do processo", explica ela.

Enquanto as usinas não podem ser vendidas, estão sendo arrendadas para gerar receita para o pagamento dos credores. Segundo Paula, a realização dos ativos da Laginha entrou em uma fase "mais ágil" desde que a Justiça determinou um novo administrador judicial, a Lindoso e Araújo Consultoria, em março. "Há uma preocupação grande de acelerar os trâmites pois os ativos podem se deteriorar com o tempo", diz.

Na decisão que destituiu administrador, gestor judicial e perito do processo anteriores, os juízes afirmaram que eles "tiveram a oportunidade de demonstrar

sua capacidade ao longo do tempo em que exerceram as funções e não lograram, sequer, a realização de parte do pagamento dos créditos oriundos da relação de trabalho, o que já se afigura razão mais do que suficiente para a quebra da confiança ensejadora da sua substituição".

Hoje com 86 anos, o usineiro João Lyra foi senador por Alagoas (1988 a 1990) e, enquanto deputado por duas vezes, foi considerado o parlamentar mais rico do país. Seu último mandato se encerrou em 2015, quando atuava pelo PSD.

Em 2008, o grupo pediu recuperação judicial e quatro anos depois teve a falência decretada. Em 2013, o empresário conseguiu reverter falência com uma decisão judicial favorável. No entanto, após julgamento do mérito, a falência foi redetada no ano seguinte. Depois disso, João Lyra entrou com recurso questionando a falência no Tribunal de Justiça de Alagoas, que ainda não foi remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para apreciação.

Na lista de credores inscritos no processo, terão prioridade os trabalhistas, para os quais a Laginha deve mais de R\$ 124 milhões. Além de fornecedores e prestadores de serviços, a Laginha deve ainda a 19 instituições financeiras um total de R\$ 463,25 milhões. As maiores dívidas são com Banco do Nordeste, Bank of America Merrill Lynch, Banco Rural e BNDES. Em tributos, são mais de R\$ 600 milhões. O leilão da sede, dos imóveis e da aeronave será conduzido pelos leiloeiros Renato Schlobach Moysés e Osman Sobral e Silva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Paula Selmi

Título: IPO da BR Distribuidora

O conselho de administração da Petrobras aprovou a abertura de capital de sua subsidiária BR Distribuidora, que será conduzido por meio de oferta secundária de ações. A BR pretende aderir ao Novo Mercado da B3. Em comunicado, a Petrobras afirma que todos os atos necessários para a realização da oferta estarão sujeitos à aprovação de órgãos internos da estatal e da BR. "A presente comunicação não deve ser considerada como anúncio de oferta e a realização da mesma dependerá de condições favoráveis dos mercados nacional e internacional".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak

Título: Novas debêntures

A Aliança Geração de Energia concluiu nesta semana a emissão de R\$ 350 milhões em debêntures de três anos. A emissão dos títulos, que terão remuneração correspondente a 107,5% da taxa interbancária (CDI), foi coordenada pelo Citi. Na semana passada, a Renovias Concessionária e a Ventos de São Vicente Energias Renováveis captaram R\$ 100 milhões cada com o instrumento. O destaque foi a emissão da Light, no valor de R\$ 400 milhões, em três séries. A primeira teve prazo de 18 meses e remuneração de CDI mais 4%. Na segunda, o prazo foi de três anos e remuneração do CDI mais 4,2% e, por fim, a terceira tem também três anos e pagará IPCA mais 9,09%. No início do mês, foi a vez da CCR levantar R\$ 300 milhões em debêntures de três anos.

MME / ASCOM